

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.904 - MG (2019/0295459-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : FABIANA AVELINO DOS SANTOS
ADVOGADO : FABIANA AVELINO DOS SANTOS - MG151911
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MAYRON PESSOA AVELINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MAYRON PESSOA AVELINO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem, em acórdão assim ementado (fl. 64):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E CORRUPÇÃO ATIVA - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO FUNDAMENTADA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

A Prisão Preventiva, para a garantia da ordem pública, justifica-se pela apreensão de relevante quantidade e diversidade de entorpecentes junto à arma de fogo municada, circunstâncias que demonstram o risco social da conduta e a insuficiência das Medidas Cautelares Diversas da Prisão.

O paciente foi preso em flagrante em 23/8/2019, convertido em preventiva, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006, 14 da Lei 10.826/2003 e 333 do Código Penal.

A impetrante argumenta, em suma, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 da mesma lei processual.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que converteu o flagrante em preventiva foi assim proferida (fls. 52-53):

Superior Tribunal de Justiça

[...] No caso em tela, **apesar da primariedade do autuado, foi encontrado com ele e com o co-autuado quantidade considerável de drogas (aproximadamente 3,5 Kg de maconha)**. Entendo que o delito de tráfico de drogas, doloso e punido com pena de reclusão, é considerado hediondo justamente por se tratar de uma das maiores pragas a que nossa sociedade vem sendo submetida. Os indivíduos ligados à traficância oferecem grande perigo à saúde pública, na medida em que difundem o vício, sendo responsáveis pelo aumento do consumo de drogas e por isto deve a Justiça atuar com mais firmeza. Também é preciso observar que a manutenção da prisão do agente flagrado é necessária não somente para aplicação da lei penal e para garantia da instrução processual, mas também para evitar a prática de novas infrações penais. Destarte, inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, que se faz necessária para a garantia da ordem pública. Assim, nos termos do art. 310, II, e presentes os requisitos do art. 312 c/c art. 313, I, todos do CPP, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE de MAYRON PESSOA AVELINO EM PRISÃO PREVENTIVA.**[...]

Como se vê, consta do decreto prisional fundamentação que, neste juízo inicial, deve ser considerada idônea, com esteio na quantidade de entorpecente apreendida – 3,5 quilos de maconha.

Pacífico é o entendimento nesta Corte de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial, acerca da situação prisional do paciente e do andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

